

**GESTÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL  
MAURÍCIO CARDOSO E A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639 EM PROL  
DE UM AMBIENTE EDUCACIONAL ANTIRRACISTA**

**MANAGEMENT OF THE STATE SCHOOL OF ELEMENTARY  
EDUCATION MAURÍCIO CARDOSO AND THE IMPLEMENTATION OF  
THE LAW 10.639 TOWARDS AN ANTI-RACIST EDUCATIONAL  
ENVIRONMENT**

**Aluno(a):** Marta Nívea Pontes da Silva Severo

**Orientador(a):** Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira Adão

**RESUMO**

O presente artigo objetiva analisar como a educação antirracista pode ser implementada na Escola Estadual de Ensino Fundamental Maurício Cardoso, do mesmo modo, apresentar os desafios enfrentados na instituição a fim de compreender quais medidas podem ser adotadas nesse contexto. No que tange a metodologia foi realizada observação participativa e pesquisa de campo com entrevista semiestruturada com docentes lotados na escola. A pesquisa justifica-se na necessidade de promover aos alunos e professores um espaço de reflexão, pois o ensino transpassa a teoria. Sendo assim, o processo de ensino-aprendizagem deve proporcionar aos aprendentes vivências próximas de suas respectivas realidades, por tanto, em um país como o Brasil que é marcado por questões históricas que refletem na estrutura social da população, na discriminação e marginalização de pessoas é essencial promover essa discussão. Os resultados prévios apontam que o cenário educacional não acompanha a luta antirracista em sua totalidade, percebem-se muitas lacunas no sistema que forma docentes e discentes.

**Palavras-chave:** Gestão escolar, Antirracismo, Escola Pública.

**ABSTRACT**

This article aims to analyze how anti-racist education can be implemented at the Maurício Cardoso State Elementary School, and also to present the challenges faced in the institution in order to understand what measures can be adopted in this context. Regarding the methodology, participatory observation and field research were carried out with semi-structured interviews with teachers working at the school. The research is justified by the need to provide students and teachers with a space for reflection, as teaching goes beyond theory. Therefore, the teaching-learning process must provide learners with experiences close to their respective realities, therefore, in a country like Brazil that is marked by historical issues that reflect on the social structure of the population, discrimination and marginalization of people is It is essential to promote this discussion. Previous results indicate that the educational scenario does not follow the anti-racist struggle in its entirety, and many gaps are perceived in the system that trains teachers and students.

**Keywords:** School management, Anti-racism, Public School.

## 1 INTRODUÇÃO

Mais da metade da população brasileira é composta por pessoas negras, de acordo com a pesquisa PNAD Continuada (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) realizada pelo IBGE no ano de 2022, o percentual de brasileiros negros é de 55,8%. O Brasil, um país novo quando comparado a outros da Europa, teve de 500 anos de história ao menos 400 anos fazendo uso de mão de obra negra escrava, uma vez que com a Lei Áurea o cenário mudou de modo significativo, mas não por completo.

Considerados como uma raça inferior e postos às margens da sociedade, os negros foram inseridos no imaginário social de modo a compor um cenário de segregação e discriminação que tem seus reflexos muito marcantes na atualidade, segundo Quijano (1998, p. 106) essa construção universal do imaginário social “estava implicada na ideologia e na prática da dominação a partir da América e foi reforçada e consolidada no decurso de expansão mundial do colonialismo europeu”.

Partindo do pressuposto que a escola é um espaço para além da construção de saberes sistematizados, mas para o desenvolvimento de cidadãos que reconhecem seus direitos e deveres é de extrema valia para a construção reflexiva dos alunos debates sobre o racismo, que infelizmente, é recorrente e apresenta-se no uso de expressões pejorativas, no número reduzidos de estudantes negros no ensino superior, no percentual astronômico de crianças mortas por arma de fogo e entre tantos outros reflexos dentro da sociedade.

Sob Art. 5º da Constituição Federal “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza[...]”, ou seja, fomentar a discussão sobre essa problemática é necessário assim como afirma Cury (2007, p. 2) “a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania e tal princípio é indispensável para a participação de todos nos espaços sociais”. Nesse viés, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 ressalta a importância da institucionalização da Educação das Relações Étnico Raciais, bem como a História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

Se o educandário tem responsabilidade em formar cidadãos críticos-reflexivos preparados para o mercado de trabalho, é indiscutível que a educação não acontece de forma conteudista, sem considerar o contexto social em que o aluno está inserido. A partir disso, observa-se que as mudanças devem iniciar na Gestão Escolar com a implementação da Lei 10.639/2003, o que justifica-se pelo fato de que na escola que o aluno terá um dos primeiros contatos com a diversidade racial, social e de gênero.

Do ponto de vista teórico o presente artigo está amparado na Constituição Federal de 1998, na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, na Lei nº 10.639/2003, Guimarães (1999) sobre racismo e antirracismo, Cury (2007) sobre gestão escolar democrática, Garcia Filice (2013) sobre políticas educacionais e Ribeiro (2019) sobre racismo.

Desse modo, a pergunta norteadora da pesquisa é: Como a gestão da Escola Estadual de Ensino Fundamental Maurício Cardoso é conduzida para a implementação da Lei 10.639 de 2003 em relação ao racismo?

Para responder a pergunta acima, foram estabelecidos os seguintes objetivos geral e específicos:

a) Objetivo Geral: Identificar como a gestão da Escola Estadual de Ensino Fundamental Maurício Cardoso é conduzida para a implementação da Lei 10.639 de 2003 em relação ao racismo.

b) Objetivos Específicos:

- Apresentar um panorama histórico da luta antirracista no Brasil;
- Caracterizar a realidade da Escola Estadual de Ensino Fundamental Maurício Cardoso em relação à educação antirracista na Escola Estadual de Ensino Fundamental Maurício Cardoso.

A justificativa deste estudo recai no fato de que o Brasil é o país com maior população negra fora do continente africano. Entretanto, a população negra sendo a maioria, ou seja, segundo o IBGE (2022) o país tem 56% de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, ainda há muito o que se fazer em relação à desigualdade racial a que essa parte da sociedade brasileira é submetida.

Não obstante, essa maioria de brasileiros pretos e pardos sofre, de forma velada, o preconceito racial. Segundo Silva et al.; (2009), o racismo institucional, aquele sofrido nas instituições, como por exemplo, nas escolas, não se traduz em atos, explícitos ou declarados, esse tipo de racismo se dá de maneira difusa a partir do funcionamento diário das organizações.

O presente trabalho está dividido em Introdução, onde foi apresentada a justificativa, objetivos e a problemática da pesquisa, capítulo 2, no qual apresentou-se o referencial teórico utilizado na pesquisa, capítulo 3 no qual apresentou-se a metodologia, capítulo 4 o qual

apresentou a análise de dados e a as considerações finais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Neste capítulo serão apresentados os pressupostos teóricos que embasam a referida pesquisa, desse modo um panorama histórico da educação pública e a relação com o racismo no Brasil será apresentada, os tipos de racismo e o papel da gestão escolar nessa percepção.

### **2.1 Racismo e a formação do Brasil**

O Brasil é um país relativamente novo quando comparado a países da América do Norte, Europa e Ásia. A partir da colonização portuguesa, o país tornou-se um grande tesouro para o império português, conforme aponta Medeiros (2004), explorado pelos chamados “brasilianos”, que eram povos indígenas brasileiros e também por pessoas trazidas do continente Africano em condições de escravidão. Segundo William (1944) a exploração das Américas chegou a explorar cerca de 11 milhões de africanos e as consequências desse terrível sistema escravocrata ainda tem marcas no imaginário do povo brasileiro. Nesse sentido Siqueira (2010) aponta que:

Os escravos chegavam em navios negreiros abarrotados e em condições degradantes de acomodação, saúde e higiene, como se animais fossem. Eles eram usados para o serviço doméstico e, também, para o serviço externo nas fazendas, principalmente nas lavouras de cana-de-açúcar. Os escravos negros serviam, ainda, como mercadorias que podiam ser trocadas por outras. Portanto, o negro era tido como objeto e nunca como sujeito de direito. (SIQUEIRA, 2010, p. 129)

Ainda com o movimento abolicionista, a Lei Áurea e a Lei do Ventre Livre no século XVIII, o acesso à educação à população negra nunca foi um direito até o período republicano. Os negros em condições de escravidão trabalhavam em condições insalubres e desumanas, eram vendidos como mercadoria, castigados e separados de suas famílias. Ademais, as mulheres negras eram frequentemente estupradas e as crianças acompanhavam as crianças das casas grandes até que pudessem desenvolver atividades laborais nos cafezais, de acordo com Oliveira (2021).

Após a abolição da escravatura os negros em sua maioria foram marginalizados, postos às margens de uma sociedade na qual muito sangue foi derramado para que ela pudesse ser erguida, assim como menciona Pereira (2012, p.4) o “[...] solo brasileiro identificado pelo sangue derramado de milhares de africanos abruptamente sequestrados de

seu país e coagidos a trabalhar em uma terra por eles desconhecida. ”

Nesse contexto de opressão, marginalização e sangria o papel do gestor escolar é promover dentro da escola, conforme recomenda a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, o ensino de história e cultura afro-brasileira, afim de que os alunos possam compreender como o racismo velado está inserido dentro de nossa sociedade, transparecendo através do número de negros e pardos assassinados diariamente que chega a ser três vezes maior que o número de pessoas brancas, de acordo com dados fornecidos pelo Sistema de Informação de Agravos e Notificações sobre Mortalidade, parte do Ministério da Saúde (2021).

Macedo (2014) aponta que a necessidade de refletir sobre tal temática ocorre porque o espaço da sala de aula é palco para discussão, partindo do pressuposto de que é responsabilidade da escola em parceria com professores, comunidade escolar, gestores e alunos prestarem esse compromisso social a fim de preservar o direito de cada cidadão e promover os deveres sobre respeito e equidade, conforme a Constituição Federal de 1988.

Em consonância com Macedo (2014), Manunga (2015) afirma que os estudos na área da antropologia da educação são uma possibilidade de superar o racismo em ambiente escolar. Portanto, a discussão é essencial que aconteça no campo educacional já que é na escola que os maiores eventos sociais ocorrem, ademais, a gestão antirracista está no cerne de uma problemática que de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2022) leva ao índice nacional de negros seja maior que em brancos, por exemplo.

[...] o percentual de negros assassinados no país é 132% maior que o de brancos. Apesar de comporem metade da população brasileira, os negros e pardos elegeram pouco mais do que 24% dos 513 representantes escolhidos nas eleições parlamentares no Brasil em 2018. Os dados apontam ainda que os trabalhadores negros ganharam, em média, 59,2% do rendimento que os brancos ganham, o que também pode ser explicado pela diferença de educação entre esses dois grupos (BRASIL, IPEA, 2022).

Para Dzidzienyo (1971) na cultura brasileira há a tentativa de encobrimento da desigualdade social que é persistentes entre negros e brancos, essa ideia corrobora com as afirmações de Pizza (2000) que apresenta manobras políticas que são realizadas como o não questionamento sobre a desigualdade no tratamento entre as raças e a falsa democracia racial, que segundo Hansenbalg(1979) são armas ideológicas para evitar o conflito racial.

É importante compreender as definições de racismo para aprofundamento do tema, à vista disso, define-se racismo como o ato de discriminação baseado na crença de que há superioridade entre as raças, a prática consiste em depreciar um grupo de indivíduos pela cor, raça ou etnia.

Destaca-se que o racismo é previsto como crime pela Lei nº 7.716/89. a Constituição Federal de 1988 aponta sob o Art. 1º que “serão punidos, na forma da lei, os crimes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”, no Art. 5º é expresso que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”. Segundo Almeida (2020) o racismo está no imaginário social da população:

O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. Após anos vendo telenovelas brasileiras, um indivíduo vai acabar se convencendo de que mulheres negras Têm uma vocação natural para o trabalho doméstico, que a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que homens brancos sempre tem personalidades complexas e são líderes natos, meticolosos e racionais em suas ações (ALMEIDA, 2020, p. 65).

Definição de racismo para Beato (1998, p.1):

[...] a teoria ou idéia de que existe uma relação de causa e efeito entre as características físicas herdadas por uma pessoa e certos traços de sua personalidade, inteligência ou cultura. E, somados a isso, a noção de que certas raças são naturalmente inferiores ou superiores a outras (BEATO, 1998, p. 1).

De acordo com Gorender (2016) o regime escravista com o comércio interno e externo de escravos permeou determinada “naturalidade” no processo de produção do Brasil, o que resultou na desigualdade entre brancos e negros. O negro nessa perspectiva estava associado ao trabalho sem o direito à dignidade humana. Essa prática de produção escravista perpetuou-se até meados de 1850, pois o comércio negreiro não podia mais de maneira formal, o que não eliminou as condições de escravidão, todavia, o cenário passou a ser modificado com a inserção de imigrantes italianos. A esse respeito o representante do movimento abolicionista, Joaquim Nabuco, defendia uma nova visão sobre o trabalho. Gileno (1997) sobre esse fato explica:

Nesses termos, podemos dizer que as teorias raciais estabeleciam critérios diferenciados de cidadania, estabelecendo diferenças sociais. Estava em marcha a edificação de um novo tipo de hierarquia, desta vez com um embasamento “científico” que procurava determinar a “inferioridade” inata dos negros. A República brasileira, símbolo de uma sociedade mais justa e democrática, parecia presa ao passado (GILENO, 1997, p. 51-52).

A abolição da escravatura, sob a visão de Gileno (1970), colocava todos os indivíduos como iguais perante a lei, contudo, no campo científico havia um olhar negativo sobre a miscigenação das raças. Para Schwarcz (1993) a teoria das raças era embasada nos pilares “distância entre as raças”, “hereditariedade das características físicas e morais” e “atitudes

originárias do respectivo grupo racial”. Comumente os livros didáticos apresentam as pessoas que foram escravizadas como submissas, entretanto, é necessário compreender o papel do movimento antirracista na luta contra os estigmas realizados sobre a superioridade entre brancos e negros e papel desempenhado no campo educacional e da comunicação, temática do próximo tópico.

## **2.2 Movimento antirracista**

Após a abolição da escravatura não foram criadas leis ou medidas protetivas para a população negra que era cada vez mais colocada às margens. Antes da abolição um dos primeiros atos antirracista foi o movimento Quilimbola, o qual visava a liberdade e união entre os indivíduos que fugiam das condições sub humanas em que eram submetidos nos cafezais, nas senzalas e nas fazendas. O movimento da comunidade negra, de acordo com Gomes (2017), compreende a junção de articulações políticas e outras formas de organização que objetivam superar o racismo e o preconceito racial que segmenta a sociedade, na arte, cultura, religião, academia e política.

No início do século XX surgem associações como o Club 13 de Maio dos Homens Pretos, fundado em São Paulo no ano de 1902, e a denominada “imprensa negra” na qual eram manchetes problemáticas enfrentadas pela comunidade negra (CUNHA JUNIOR, 1992). A imprensa negra é considerado um dos primeiros movimentos antirracistas, uma vez que a partir dela eram realizados denúncias

No ano de 1931 surge a FNB, Frente Negra Brasileira, a associação surgiu após um grupo de jovens negros conseguirem ter acesso à educação superior, segundo Malatian (2013, p.1) com “a mobilização dos negros para uma luta integracionista e defensora de uma nova identidade a ser socialmente construída mediante superação do preconceito e da discriminação”.

A FNB virou partido político no ano de 1936 em decorrência do crescimento das políticas nazifascistas, mas as atividades da mesma foram encerradas no ano de 1937 (DOMINGUES, 2005). Na Era Vargas as lutas foram inviabilizadas devido a repressão política, em 1947 é criado na cidade de Porto Alegre entidade União dos Homens de Cor (UHC), entretanto, com o Golpe de 64 mais uma vez a luta foi inviabilizada e as discussões voltam ao cenário nacional com o Movimento Negro Unificado na década de 80 (DOMINGUES, 2005).

O movimento antirracista é caracterizado em três diferentes fases do cenário mundial e nacional, ou seja, da abolição da escravatura até o surgimento dos movimentos nazifascistas foi

a primeira fase, seguida da Era Vargas e a descolonização da África e a criação do MNU nos anos 80 os anos 2000 e é persistente sobretudo no cenário educacional, apresenta-se um panorama sobre a relevância e importância da educação antirracista no seguinte tópico.

### **2.3 A realidade das escolas no Brasil em relação à educação antirracista**

No contexto escolar é importante incentivar e promover debates de reflexão sobre a diversidade, considerando que na escola cada aluno possui uma vivência e compartilha pensamentos que estão alinhados com sua realidade, sendo assim, para Gomes e Munanga (2004, p.13) através da educação é possível “dar tanto aos jovens quanto aos adultos a possibilidade de questionar e de desconstruir os mitos de superioridade e de inferioridade entre grupos humanos que foram socializados”.

Na cartilha “Superando o racismo na escola” publicada pelo Ministério da Educação, organizada Munanga (2005) apresenta propostas didáticas de como combater o racismo institucional, além de promover uma pesquisa detalhada sobre a representação negra na literatura e na arte brasileira. Segundo os pressupostos de Rocha (1998, p.56) abordar essa temática ainda na educação infantil, por exemplo, é de extrema importância já que o mesmo aponta a educação como “um campo com sequelas profundas de racismo, para não dizer o veículo de comunicação da ideologia branca.”

É necessário refletir que na perspectiva do campo da escola ainda há um sistema hierarquizado, no qual ficam previstos no Projeto Político Pedagógico a missão, os objetivos e as competências a serem desenvolvidas pela equipe. Portanto a promoção do debate antirracista deve abranger todas as áreas desse sistema, a fim que de que não recaia apenas sob o professor a responsabilidade de promover o debate sobre as habilidades apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (2018).

Para gerir a educação em um caminho que se dirige à democracia, ao respeito e a preservação da participação plena de todos no processo de ensino-aprendizagem cabe a gestão escolar tecer práticas pedagógicas que contemplem a diversidade, sobretudo, no que tange o contexto histórico do Brasil implementar no Projeto Político Pedagógico a Lei 10.639 de 2003 sobre implementação de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares.

A gestão escolar, de acordo com Luck (2011, p. 24) “é o ato de gerir a dinâmica cultural da escola, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas para implementação do projeto político-pedagógico com base nos princípios da democracia”, à vista disto a gestão

escolar antirracista é urgente nos educandários.

Macedo (2015) afirma que a desvalorização da cultura afro-brasileira é recorrente e os casos de racismo são negligenciados com frequência pois a população considera o tema muito delicado, como consequência disso o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI, 2005) define o racismo nas instituições de ensino como:

O fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. (PCRI, 2006, p.22).

O racismo é debatido constantemente por pessoas negras, de acordo com Ribeiro (2019), sobre como ele fundamenta as relações na sociedade, nesse viés a autora cita Almeida (2019):

Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ético e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas. (ALMEIDA, 2019, p.52)

Sob esse viés é necessário considerar o Projeto Político Pedagógico como documento norteador das instituições de ensino sobre as práticas pedagógicas que deverão ser promovidas e a implementação de uma gestão escolar antirracista, portanto, ao considerar tais pontos foram mapeados como se dão os desdobramentos na Escola Estadual de Ensino Fundamental Maurício Cardoso no combate ao racismo.

### **3 METODOLOGIA**

Esta pesquisa tratou-se de um estudo de caso optou-se pela pesquisa de caráter descritivo que segundo Pope e Mays (2015, p.13) é aquela que está associada ao “significado que as pessoas atribuem às suas experiências”, nessa perspectiva, há interpretação e análise de fenômenos sociais, além da aplicação de uma entrevista semiestruturada com discentes da Escola Estadual de Ensino Fundamental Maurício Cardoso. Para a obtenção dos dados foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado com 13 professores da escola. Para Gil (2002)

a entrevista é uma forma de coleta de dados muito utilizada nas ciências sociais na qual a parte entrevistada apresenta-se como fonte de informação. Além das entrevistas, os dados foram coletados também em documentos da escola e também a observação participante, sendo que para Roesch (1999) a observação participante acontece quando o observador envolve-se com os sujeitos observados. Visto o percurso metodológico utilizado na presente pesquisa, a seguir passa-se a apresentar a análise e discussão dos resultados.

## **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

### **4.1 Caracterização da escola**

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Maurício Cardoso, localizada na Praça Getúlio Vargas S/N, atende alunos oriundos da localidade, aos quais a maioria dos pais ou responsáveis possuem baixa escolaridade e renda menor que dois salários mínimos por família. Esse fator é um dos mais relevantes, pois a clientela atendida, tem a escola como referência para a realização de refeições diárias, além de participarem das atividades que visam promover o bem-estar da comunidade e a geração de renda, a partir de parcerias com movimentos independentes e ONGs. A escola atende uma grande demanda de alunos incluídos, os quais possuem Transtornos de Aprendizagem, Transtorno do Espectro Autista, Déficit de Atenção e Hiperatividade e adolescentes em condições de agressividade por diversas carências que o lar não os provem.

O atual prédio educandário está nesta localidade desde o ano de 1971, sendo que a escola teve sua origem em 1940 na zona da “Ponte Seca” com a primeira denominação de José de Alencar, sendo fundada em 8 de março de 1942, no qual tem como patrono o jornalista, advogado e político Maurício Cardoso, que dá o nome ao respectivo educandário. O prédio da escola, possuiu cerca de 140 alunos matriculados do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, com funcionamento no turno da tarde.

Ao total 17 funcionários compõem a equipe de professores, equipe pedagógica, e serventes. A escola possui 12 salas de aula, uma cedida para a Escola Municipal de Educação Infantil Ney Vares. Ademais o prédio possui, um banheiro feminino e um masculino para uso dos alunos e um banheiro para os professores, possuiu também um laboratório de informática, a sala dos professores e a biblioteca, além da direção e sala da orientadora pedagógica. A comunidade escolar mantém-se unida para reunir esforços e oferecer merenda aos alunos,

muitas vezes, com doações de padarias da cidade visto que a escola com frequência é alvo de furto.

De acordo com o INEP (2021) cerca de 14% dos alunos dos anos finais evadiram da escola, o que ocorre devido ao fato de que alguns pela necessidade começaram a exercer atividades laborais a fim de auxiliar suas famílias e outros já vieram de outras escolas com histórico de reprovação e ao atingirem maioridade abandonaram os estudos. Para compreender o perfil dos docentes que atuam na escola apresenta-se no próximo tópico a caracterização dos mesmos.

#### 4.2 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

A entrevista foi aplicada com 13 professores sendo 8 com graduação e 5 com especialização, conforme a tabela abaixo (Tabela 1). Observa-se a predominância de mulheres, de modo geral todos na faixa etária entre 33 e 60 anos de idade. No campo cor/raça 3 docentes se autodeclararam negros, 1 pardo e o restante branco.

Tabela 1- Dados dos entrevistados

Entrevistado	Idade	Sexo	Formação	Série em que atua	Autodeclaração de cor
Docente A	33	Feminino	Licenciatura em Letras Português	5º ao 9º ano	Branca
Docente B	35	Feminino	Pedagogia	4º ano	Negra
Docente C	38	Feminino	Licenciatura em Letras Português e Inglês	5º ao 9º ano	Branca
Docente D	39	Feminino	Licenciatura em Letras Português	5º ao 9º ano	Branca
Docente E	46	Feminino	Pedagogia	1º ano	Negra
Docente F	49	Feminino	Licenciatura em Geografia	5º ao 9º ano	Branca
Docente G	51	Feminino	Licenciatura em Ciências Biológicas	5º ao 9º ano	Branca
Docente H	53	Feminino	Pedagogia	3º ano	Branca
Docente I	54	Feminino	Licenciatura em História	5º ao 9º ano	Negra
Docente J	55	Feminino	Licenciatura em	5º ao 9º ano	Branca
Docente K	59	Masculino	Licenciatura em Educação Física	5º ao 9º ano	Pardo
Docente L	59	Feminino	Licenciatura em	5º ao 9º ano	Branca

			Matemática		
Docente M	60	Feminino	Pedagogia	2º ano	Branca

Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Como a escola funciona apenas no período da tarde, os professores atuam em outras escolas da rede municipal, estadual ou privada durante a manhã. No que tange a formação dos entrevistados, atuam na escola um professor de Educação Física e doze professoras, dessas quatro são pedagogas ou possuem Curso Normal e oito das demais são formadas em Geografia, História, Matemática e Biologia. Devido a alta demanda algumas atuam em diferentes áreas da sua formação, por exemplo, uma das entrevistadas formada em Letras Português atua na disciplina de Projeto de Vida, Ensino Religioso e Arte em diferentes escolas. No quadro docente todos atuam na escola há mais de 5 anos, apenas a Orientadora Educacional foi lotada recentemente na instituição. Considerando o perfil dos docentes entrevistados, a seguir aborda-se uma análise dos resultados obtidos na entrevista.

#### **4.3 Racismo e a Formação do Brasil na percepção dos dos docentes da Escola Estadual de Ensino Fundamental Maurício Cardoso na cidade de Santana do Livramento/RS**

Ao serem questionados sobre o trabalho acerca da diversidade étnica racial ao longo da formação como alunos, dois docentes apontaram que não tiveram nenhuma qualificação a cerca da temática, um mencionou os cursos de formação promovidos pela Coordenadoria Regional de Educação como relevante e o restante pôs em seus respectivos depoimentos que a diversidade étnico racial é trabalhada de maneira muito rasa, os projetos propostos durante a graduação e/ou pós-graduação não apresentam um caráter formativo e sim uma atividade curricular superficial.

É importante ter um olhar sobre o processo de formação de professores, já que a educação transpassa a formalidade de regras gramaticais, fórmulas e conteúdos mecânicos é relevante promover a reflexão e a discussão sobre temas que estão inseridos na nossa realidade. A esse respeito Gomes (2017, p.38) afirma que a educação é “[...] um amplo processo, constituinte da nossa humanização que se realiza em diversos espaços: na família, na comunidade, no trabalho, nos movimentos sociais, nas escolas, dentre outros”.

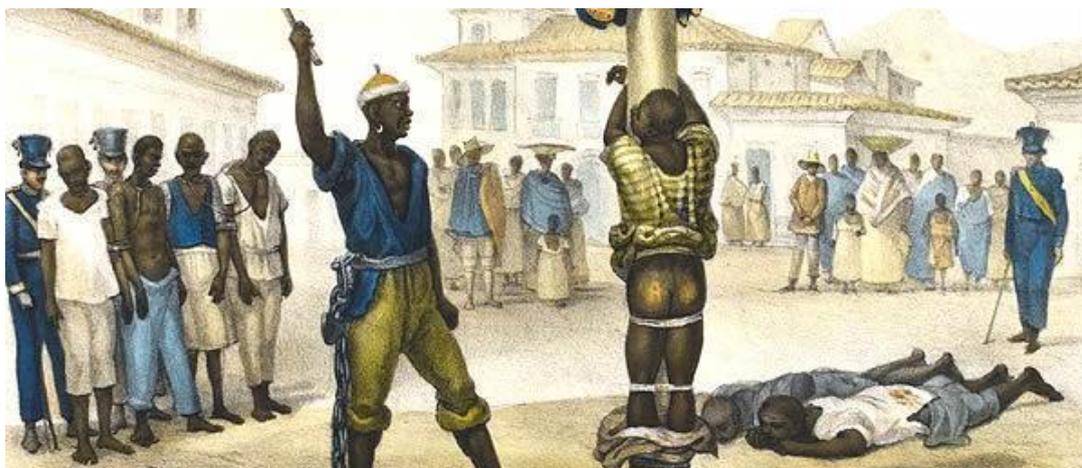
No que tange a abordagem da temática em livros didáticos os entrevistados afirmam que

devido a pouca quantidade eles são utilizados com pouca frequência, de todo modo, a representação de pessoas negras em livros é demasiadamente subalterna. O Plano Nacional do Livro Didático a partir do ano de 1996 em parceria com o Ministério da Educação e Cultura do Brasil iniciou um processo de avaliação pedagógica dos livros didáticos fornecidos para as escolas públicas, todavia, mesmo com esse processo de avaliação muitos materiais publicados não condizem com a realidade das escolas, portanto no ano de 2003 foram estabelecidas diretrizes para o livro didático:

PNLD reformulou algumas diretrizes para o livro didático: [...] essas diretrizes estão baseadas em cinco pontos principais: (i) centralização das ações de planejamento, compra e distribuição; (ii) utilização exclusiva dos recursos federais; (iii) atuação restrita a compra de livros, sem participação no campo da produção editorial, deixando a cargo da iniciativa privada; (iv) escolha do livro pela comunidade escolar; (v) distribuição gratuita do livro a alunos e docentes. (BATISTA, 2003, p.34)

A diretriz IV foi de extrema relevância pois inclui no processo de escolha do material a comunidade escolar. Segundo Witzel (2002) fica evidente o descompasso que há entre a elaboração do material e a avaliação dos mesmos, portanto, o papel do docente possibilita maior concretude com a realidade do aluno. Um ponto a ser analisado nesse contexto é que muito se fala sobre representatividade, mas os livros didáticos, principalmente aqueles que contam a história da formação do Brasil apresentam pinturas que representam o negro como um escravo submisso. Jean Baptiste Debret, formado em artes e em engenharia na França veio ao Brasil em pedido de Dom João VI, o qual queria criar uma academia de artes no país. Debret pintou quadros como “Execução de punição por flagelo” (Figura 1), o qual recorrentemente ilustra os livros didáticos de história.

Figura 1- Quadro "Execução de punição por flagelo"



Fonte: Jean-Baptiste Debret (1835)

Fernandes (2005) explica que a presença de representações como essas mencionadas reforçam o estereótipo no imaginário da população, pois parte de um pressuposto eurocêntrico que fragmenta a história. A ideia do autor corrobora com os apontamentos de Ferreira (2002) uma vez que além de reforçar o estereótipo ensinamos por meio dessas abordagens que tem uma visão da formação do Brasil que super valoriza os europeus e não indica as contribuições dos povos indígenas e negros na construção da identidade nacional.

Ao serem questionados sobre suas respectivas vivências em relação ao racismo os docentes apresentaram respostas heterogêneas, 4 responderam não saber os tipos de racismo e dos que afirmaram já ter vivenciado a prática do crime entre alunos ou professor-aluno, apresentou uma resposta carregada de estigma ao ser questionada “Você conhece os tipos de racismo? Já presenciou algum?”, a Docente A afirma “Presenciei o racismo entre alunos, principalmente pelo *cheiro* dos alunos. Para realizar uma análise da resposta do Docente A é imprescindível compreender o conceito de estigma:

A uma visão simplificada de uma pessoa (ou de um grupo de pessoas) que constrói uma ideia negativa a respeito de outra pessoa (ou de um grupo de pessoas) seja pelo pertencimento étnico-racial, pela religião, pela classe social, pela opção sexual, pela idade, etc. dessa outra pessoa (SILVA, 1995, p.43).

A partir de estigmas que se manifestam as práticas de preconceito e discriminação, para tanto atividades e projeto voltados ao combate dos mesmos se fazem necessárias. De acordo com as respostas obtidas pelos docentes, datas como a Abolição da Escravatura e o Dia da Consciência Negra são datas nas quais os alunos realizam apresentações culturais, mostras e

feiras culturais a fim de conscientizá-los sobre a diversidade étnico-racial. Para uma educação antirracista movimentos como esses são primordiais e obrigatórios de acordo com a Lei 10.639 de 2003, para tanto no tópico a seguir discute-se a visão dos docentes na implementação da lei na escola Maurício Cardoso.

#### **4.4 A realidade da Escola Estadual de Ensino Fundamental Maurício Cardoso em relação à educação antirracista e a aplicação da Lei 10.639 na percepção dos docentes**

Para compreender o cenário da escola o Projeto Político Pedagógico foi analisado, no capítulo de bases legais e fundamentação teórica fica expresso que o processo de ensino-aprendizagem contemplam objetos de estudo baseados nos temas transversais apontados pela Base Nacional Comum Curricular (2018), destaca-se assim de acordo com o Projeto Político Pedagógico (2022, p.12) da escola em questão que:

O ensino e aprendizagem envolve aspectos imprescindíveis que perpassam os objetos de estudos interligados com os temas transversais como a Educação das Relações Étnico – raciais, a educação ambiental, a ética, a pluralidade cultural, saúde e higiene, a cultura digital e tecnologias, direitos humanos e outras abordagens significativas para o processo de alfabetização e letramento seguindo a Base Nacional Comum Curricular e o Referencial Curricular Gaúcho mediante as competências e habilidades fundamentais que devem ser desenvolvidas ao longo da Educação Básica em consonância com a interdisciplinaridade e contextualização dos diferentes componentes curriculares e eixos temáticos numa dialética entre os saberes.

Nos valores e missão que deverão ser alcançados a partir das práticas pedagógicas são mencionados o exercício da cidadania, princípios de solidariedade e liberdade, bem como a inclusão social e acessibilidade. Todavia, a preocupação que circunda o educandário está voltada para a educação inclusiva devido ao alto número de alunos com deficiência intelectual e TEA matriculados. Faz-se necessário que os alterações sejam feitas no PPP de modo a promover a Lei 10.639 de forma que os docentes desenvolvam um olhar mais atenta para a educação antirracista que não pressupõe apenas não ser racista como expõe Ribeiro (2019), mas necessita ser antirracista.

Nas palavras dos docentes ao serem questionados sobre a luta antirracista, se esta é uma preocupação da sociedade ou apenas está atrelada à militância, o docente A expõem que “É uma preocupação do movimento negro”, afirmação que corrobora com a afirmação do entrevistado B “Faz parte da militância negra.” Ao passo que o restante dos docentes apontaram a luta antirracista como uma preocupação social, para o docente C essa causa “Deve ser uma

preocupação da sociedade de forma geral porque o respeito ao diferente deve, mais que enfatizado, ser praticado.” O docente D explica que “Percebo que predomina no movimento negro, porém houve uma ampliação da participação da sociedade nessa luta.”, e o docente E indica que é “Uma preocupação da sociedade como um todo. Mas com uma pressão dos movimentos negros para que a lei seja cumprida.”

Para o rompimento da discriminação, preconceito e violência no Brasil e no mundo, é importante que o corpo docente seja envolvido de maneira mais presente em cursos de formação, palestras e rodas de conversa, assim como a comunidade escolar. A desconstrução de estigmas e o combate ao racismo não deverá ser restrito aos alunos, o sistema educacional deve propor estratégias de fortalecimento à educação antirracista em todos os patamares dos grupos que o compõem. A dificuldade de implementação da Lei 10.639 apresentada pelos docentes se dá na falta de formação continuada:

Os cursos que são oferecidos pela CRE são a maioria online. Temos uma carga horária alta e o ensino à distância apesar de ser benéfico nesse caso não supre as nossas necessidades porque se torna cansativo. Palestras com convidados seriam mais proveitosas. (ENTREVISTADO A)

Para o docente B “A Base Nacional Comum Curricular e os parâmetros do estado apresentam as relações étnico raciais, mas estamos longe de ter a implementação da lei como seria ideal.”, sob a mesma ótica para o docente C “No papel as leis são muito boas , mas na realidade não funcionam.”. Com a Lei 10.639 a grade curricular é posta em discussão, como afirma Santos (2001, p.20) “É tarefa da escola fazer com que a História seja contada a mais vozes, para que o futuro seja escrito a mais mãos” (Santos, 2001, p.20), ou seja, a identidade, a valorização à diversidade e o espaço para reflexão é um caminho promissor, que objetiva transpor o ensino eurocêntrico e a desvalorização das raças. A lei sem aplicação não modifica o cenário de discriminação e violência que afeta a população negra, são muitos os déficits que permeiam o sistema educacional desde a formação de professores até a produção de livros didáticos.

Ao serem questionados sobre a celebração de datas como a Abolição da escravatura e o Dia da Consciência Negra os docentes apontam que nessas datas são organizadas feiras, mostras e apresentações artísticas. O docente D afirma “É importante apresentar para as crianças a cultura afro porque ela constitui a identidade do povo brasileiro, os alunos são muito abertos para essas propostas, aspectos como a autoestima também trabalhados”. Para o docente F “Geralmente nessas datas costumo realizar com as turmas cartazes, vocábulos que têm origem

afro e apresentações sobre personalidades negras.”.

A gestão escolar na Escola Maurício Cardoso apresenta-se em favor às práticas educacionais voltadas à inclusão e acessibilidade, prima também pela liberdade e respeito ao outro, entretanto, a Lei 10.639 que promove a educação antirracista deve ser discutida com o corpo docente e comunidade escolar para reforçar a necessidade de afirmar o compromisso com a aplicação da lei e promoção, no próximo tópico são apresentadas percepções a partir da observação participante.

#### **4.5 Observação Participante e o Diário de Campo**

Com base nas observações participante e, conseqüentemente, no diário de campo, foi possível verificar que os professores da escola se esforçam para que haja uma maior aplicação da Lei 10.639. Entretanto, alguns professores esbarram na questão do conhecimento para a aplicação de tal lei. Tem-se na escola professores que concluíram a licenciatura antes da Lei ser publicada e depois não fizeram nenhuma capacitação e tem professores que realizaram cursos oferecidos pela Coordenadoria Regional, mas o uso de práticas pedagógicas antirracistas é limitado.

Como gestora escolar, entendo que a escola tem um papel fundamental no combate ao racismo, pois a escola deve ser um espaço de respeito à diversidade e de valorização da cultura negra. Para isso, é preciso que a escola promova ações educativas que visem a conscientização dos alunos e dos profissionais da educação sobre o racismo. Essas ações devem incluir:

a)O ensino da história e a cultura afro-brasileira no currículo escolar, de forma a promover o conhecimento e o respeito pela diversidade cultural.

b)Formação continuada dos profissionais da educação: os profissionais da educação devem ser capacitados para lidar com situações de racismo na escola.

c)Construção de um ambiente escolar inclusivo: a escola deve criar um ambiente inclusivo, onde todos os alunos se sintam respeitados e acolhidos.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Maurício Cardoso realiza na comunidade um papel de incentivar a formação de jovens em vulnerabilidade social, a partir de oficinas de língua estrangeira, manutenção de computadores, dança e com a banda marcial. Através da educação jovens e crianças da escola são desenvolvidos para inserção no mercado de trabalho como forma de ascensão social, diminuição dos índices de evasão e ações de prevenção primária ao uso de álcool e drogas.

Com relação a aplicação da Lei 10.639 observou-se neste estudo que ainda que a Escola Estadual de Ensino Fundamental Maurício apresente em seu Projeto Político Pedagógico como um dos objetivos a promoção ao respeito e à diversidade, o racismo é uma temática que necessita ser mais explorada porque ele é persistente ainda que de maneira sutil. Entende-se assim que o racismo está presente em diferentes camadas da sociedade e faz-se necessário refletir sobre os desafios identificados e formular estratégias para superar o racismo estrutural, institucional, religioso e cultural a fim de preservar o direito de todo cidadão conforme está previsto na Constituição Federal de 1988, portanto nas considerações finais serão apresentados aspectos gerais observados durante a pesquisa e a contemplação dos objetivos estipulados.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao final da presente pesquisa percebe-se a educação como ferramenta para moldar a sociedade, a partir de práticas que primam pelo respeito à diversidade. A construção da identidade do povo brasileiro tem o berço em um período em que o uso de pessoas ocorria como mão de obra em condições subumanas. O Brasil avançou economicamente às custas da escravização de povos retirados de seus país de origem, levados para uma terra estranha. É papel da escola como lugar que forma cidadãos promover o diálogo sobre o racismo que é recorrente, e fomentar o uso da legislação que prevê que em ambiente educacional a inserção de temáticas étnico-raciais no currículo das escolas.

Na tentativa de atender o objetivo geral de “Identificar como a gestão da Escola Estadual de Ensino Fundamental Maurício Cardoso é conduzida para a implementação da Lei 10.639 de 2003 em relação ao racismo.” Fica evidente que a escola promove atividades que contemplam a diversidade étnica e a cultura afro-brasileira, entretanto, os materiais didáticos utilizados pelos docentes apresentam as pessoas negras em condições subalternas. Ademais a contemplação do estudo sobre história e cultura afro e indígena é majoritariamente restrita à datas como o Dia da Consciência Negra.

No que tange os objetivos específicos, para “Apresentar um panorama histórico da luta antirracista” observou-se que o movimento antirracista é de certo modo recente e é construído diariamente, uma vez que o imaginário social é extretamente racista e para alcançar o objetivo específico “Caracterizar a realidade da Escola Estadual de Ensino Fundamental Maurício Cardoso em relação à educação antirracista na Escola Estadual de Ensino Fundamental Maurício Cardoso.” Observa-se que a escola atende uma clientela elevada de alunos em

vulnerabilidade social e as práticas promovidas são voltadas para o acolhimento de crianças com necessidades especiais e auxílio da comunidade com a promoção de eventos culturais, mostras científicas, apresentações e passeios e na perspectiva da aplicação das práticas antirracistas essas precisam ser fortalecidas.

A partir dos resultados obtidos nas entrevistas observa-se que a formação docente e as práticas pedagógicas em prol do antirracismo ainda são limitadas. Os docentes não possuem domínio de questões que são consideradas básicas, o que é um reflexo da complexidade e da proporção que o racismo assume na sociedade. Ainda assim, mesmo que a pequenos passos o movimento antirracista conquistou a partir da Lei 10.639 de 2003, que abre espaço para o fim de estigmas sobre inferioridade das pessoas negras, a desvalorização do repertório religioso e cultural que caracteriza a cultura brasileira.

Com base nas considerações finais apresentadas, recomenda-se que a Escola Municipal Maurício Cardoso:

a)Integre a temática do racismo ao currículo escolar, de forma transversal e interdisciplinar.

b)Oferte cursos de formação continuada para os profissionais da educação sobre o racismo e a educação antirracista.

c)Promova ações de conscientização sobre o racismo para os alunos, pais e familiares.

d)Crie um comitê de combate ao racismo, composto por representantes da comunidade escolar.

e)A implementação dessas recomendações contribuirá para a construção de uma escola mais inclusiva e democrática, onde todos os alunos possam aprender e se desenvolver em um ambiente de respeito e igualdade.

Considerações específicas para a maioria da escola ser negra e sofrer racismo fora dela

No caso da Escola Municipal Maurício Cardoso, onde a maioria da escola é negra e sofre racismo fora dela, é importante que a escola trabalhe para fortalecer a autoestima e a identidade dos alunos negros. Isso pode ser feito por meio de ações como:

a)Promover atividades que valorizem a cultura negra.

b)Oferecer oportunidades para que os alunos negros se envolvam em atividades extracurriculares.

c)Construir um ambiente escolar seguro e acolhedor, onde os alunos negros se sintam valorizados e respeitados.

d)A escola também pode atuar na conscientização da comunidade escolar sobre o racismo. Isso pode ser feito por meio de ações como:

e)Realizar palestras e workshops sobre o racismo.

f)Divulgar materiais educativos sobre o racismo.

Ao final da pesquisa conclui-se que promover debates sobre o racismo na comunidade escolar é um trabalho conjunto da escola, da comunidade escolar e da família, e é fundamental para combater o racismo e construir uma sociedade mais justa. É importante ressaltar que há poucas pesquisas sobre a gestão escolar na perspectiva antirracista, sobretudo, não há dados fornecidos pelo Ministério da Educação sobre a execução da Lei 10.639 nas escolas, o que justifica a necessidade de novas investigações a nível regional, estadual e nacional.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, S. L. de. Racismo Estrutural. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Título do capítulo. In: A avaliação dos livros didáticos: Para entender o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); ROJO, Roxane. Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita (Org). Campinas-SP: Mercado de Letras, 2003. Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita.

BEATO, Joaquim. Um novo milênio sem racismo na Igreja e na sociedade. Cenacora, 1998.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 1996.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021

BRASIL. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

CUNHA JUNIOR, Henrique. Textos para o movimento negro, São Paulo, Edicon, 1992.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. V. 23. N.3 set./dez, 2007. p. 483-495.

DOMINGUES, Petrônio. Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Ed.Senac, 2004.

DZIDZIENYO, Anani. The position of blacks in Brazilian society. Minority Rights Group, London, 1971.

FERNANDES, J. R. O. O negro na historiografia didática: imagens, identidades e representações. Textos de história. Revista do programa de pós-graduação em história da UnB, Brasília, vol. 4, n.2, p. 154-165, 1996.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. Educação & Sociedade, ano XXIII, n. 79, p.257-272, 2002.

GACIA FILICE. Ensino de História e Políticas públicas: interfaces entre a educação das relações raciais e a EJA. Cad. Pesq. Cdhis. Uberlândia, v.26, n.1, jan./jun. 2013.

GILENO, Carlos Henrique. Lima Barreto e a condição de negro e do mulato na Primeira República (1889-1930). 1997. 133 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

GIL. A. Como elaborar projetos de pesquisa. Editora Atlas: 4ª ed. São Paulo. 2002.

GORENDER, Jacob. A escravidão reabilitada. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2016.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017

GUIMARÃES, Antonio S. A Racismo e Anti-Racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.

HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

LÜCK, H. A gestão participativa na escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MACEDO, A. Negar, silenciar, apagar: a gestão escolar frente à educação antirracista. Revista da ABPN, Goiânia, v. 9, n. 22, p. 385-408, 2017.

MALATIAN, Teresa. “O cavaleiro negro: Arlindo Veiga dos Santos e a Frente Negra Brasileira (1931-1934)”. Revista brasileira de história das religiões, v. 5, n. 15, 2013.

MEDEIROS, R.V. Re-territorialização e identidade. O significado dos assentamentos para a economia dos municípios:os casos de Hulha Negra, Aceguá e Candiota na Campanha Gaúcha (RS). In IX Coloquio Internacional de Geocrítica. Los problemas del mundo actual.soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias socialeS Porto Alegre, 28

de mayo - 1 de junio de 2007. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MUNANGA, Kabenguele. Superando o Racismo na Escola. 2ª edição revisada, Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada , Alfabetização e Diversidade, 2005, p.15.

OLIVEIRA, R. D. A nação contraditada: autobiografias de escravizados e o abolicionismo nos estados unidos (século xix). *Almanack*, Guarulhos, n. 27, 2021.

PEREIRA, O. M. L. A dor na cor: reflexões sobre o papel do negro no Brasil. *Cadernos Imbondeiro*, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 1-10, 2012.

PEREIRA, O. M. L. A dor na cor: reflexões sobre o papel do negro no Brasil. *Cadernos Imbondeiro*, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 1-10, 2012.

PESQUISA NACIONAL POR AMOR DE DOMICÍLIOS. IBGE. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>

POPE C., MAYS N., organizadores. 3ª ed. Pesquisa qualitativa na atenção à saúde. Porto Alegre: Artmed; 2009

QUIJANO, Aníbal. ¡Que tal raza! *Alaí*, 320, 1998.

RIBEIRO, Djamilia. *Pequeno Manual Antirracista*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Santos, A. de F. T. (2001). Cultura e educação a serviço da transformação social. In A. M. Magaldi , C. Alves , & J. G. Gondra (Orgs.), *Educação no Brasil: história, cultura e política* Bragança Paulista, SP: EDUSF.

SILVA, Ana Célia da. *A discriminação do negro no livro didático*. Salvador: CEAO, CED, 1995.

SIQUEIRA, T. M. L. O trabalho escravo perdura no Brasil do século XXI. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região*, Belo Horizonte, v. 52, n. 82, p.127-147, 2010.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO. Ministério da Saúde. 2021.

SCHWARCZ, L.M. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

WILLIAMS, Eric. *Capitalism and slavery*. The University of North Carolina Press, 1994.

WITZEL, G. Z. *Identidade e Livro Didático: Movimentos Identitários do Professor de Língua Portuguesa*, 2002. 181 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, UME, Maringá, 2002.

## APÊNDICE I

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

Este roteiro de entrevista tem como objetivo levantar dados para o estudo intitulado “**Implementação de uma educação antirracista na gestão escolar**” a ser aplicado na cidade de Santana do Livramento/RS. O presente estudo tem a orientação do prof. Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira Adão. Sendo esta pesquisa um requisito para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública ofertado pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Ressalta-se que os dados aqui coletados são absolutamente sigilosos, não serão divulgadas quaisquer informações que levem à identificação dos informantes-chave.

#### PARTE I – Identificação do Entrevistado

Data Aplicação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Entrevistado(a): \_\_\_\_\_

**Sexo:** ( ) Feminino ( ) Masculino

**1.2 Idade:** \_\_\_\_\_

#### **1.3 Aspectos socioeconômicos do entrevistado:**

- a) ( ) Estudante
- b) ( ) Professor - Servidor Público Lotado na Escola
- c) ( ) Professor na rede privada

#### **1.4 Nível de Ensino:**

- a) ( ) Curso normal em andamento
- b) ( ) Curso Normal
- c) ( ) Ensino Superior em andamento
- d) ( ) Ensino Superior
- e) ( ) Especialização
- f) ( ) Mestrado
- g) ( ) Doutorado

#### **1.5 Há quanto tempo tem relação direta com a Escola E. E. F. Maurício Cardoso?**

- a) ( ) Menos de um ano
- b) ( ) De um a três anos
- c) ( ) De três a seis anos
- d) ( ) De seis a dez anos
- e) ( ) Mais de 10 anos

## **PARTE II - Áreas Temáticas**

### **2.1 Bloco referente à diversidade étnico racial**

2.1.1. Durante sua formação escolar você estudou temas relacionados à diversidade étnica racial?

Se sim como descreva.

2.1.2. Durante sua formação escolar você presenciou um ato racista?

2.1.3 Como você acredita que a implementação de uma educação antirracista pode afetar a sociedade?

2.1.4 Uso utiliza apoio do livro didático em sala de aula? Se sim, como as pessoas negras são apresentadas nos livros didáticos?

2.1.5 Como datas como a Abolição da escravatura e a o Dia da Consciência Negra?

2.1.6 As relações étnico-raciais são abordadas no cotidiano das suas aulas?

### **2.2 Bloco referente ao conceito de racismo**

2.2.1 O que você entende por racismo?

2.2.2. Você acredita que a luta antirracista está nichada apenas como militância ou é uma preocupação da sociedade?

2.2.3 O que você entende por “racismo estrutural”?

2.2.4 Você conhece os tipos de racismo ? Já presenciou algum?